

PROJETO DE LEI Nº 028/2025

“AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 49, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 2.302.500,00 (dois milhões trezentos e dois mil e quinhentos reais), para reforço das dotações orçamentárias adiante especificadas:

Entidade: Prefeitura Municipal

02.007 – Secretaria de Educação e Cultura

12.361.1201.2.010 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental.

3.3.90.00.0.01.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos R\$ 400.000,00

12.361.1201.2.012 – Manutenção das Atividades do Transporte Escolar.

3.3.90.00.0.01.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos R\$ 100.000,00

3.3.90.00.0.01.571.000 – Transferência do Estado – CTE R\$ 235.000,00

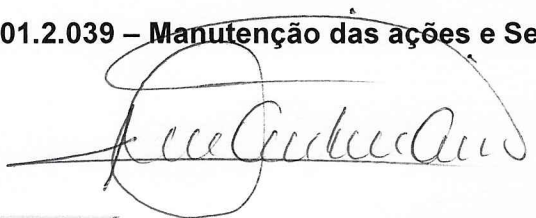
13.392.1301.2.017 – Manutenção das Atividades Culturais.

3.3.90.00.0.01.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos R\$ 350.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde

03.001 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1001.2.039 – Manutenção das ações e Serviços Públicos de Saúde

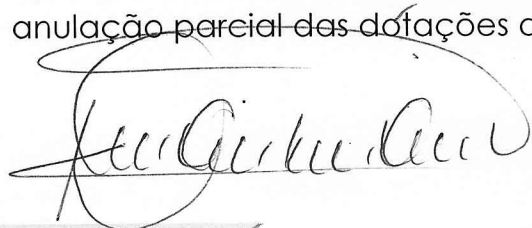


PROJETO DE LEI Nº 028/2025

FL. 02

3.3.50.00.0.01.500.000 – Rec. de Impostos e Transf. de Impostos R\$	60.000,00
3.3.90.00.0.01.500.000 – Rec. de Impostos e Transf. de Impostos R\$	800.000,00
10.301.1001.2.041 – Manutenção do Piso de Atenção Básica - PAB	
4.4.90.00.0.01.600.0000 – Gestão do SUS R\$	50.000,00
10.301.1001.2.043 – Manutenção do Programa Saúde Bucal	
3.3.90.00.0.01.600.0000 – Gestão do SUS R\$	135.000,00
10.301.1001.2.051 – Manutenção da Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.0.01.621.0000 – Transferência SUS – Gov. Estadual R\$	30.000,00
10.301.1001.2.095 – Manutenção das Atividades da Res. Terapêutica - CAPS	
3.3.90.00.0.01.600.0000 – Gestão do SUS R\$	65.000,00
10.301.1001.2.048 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	
3.3.90.00.0.01.600.0000 – Gestão do SUS R\$	50.000,00
10.304.1001.2.049 – Manutenção da Vigilância Sanitária	
3.3.90.00.0.01.600.0000 – Gestão do SUS R\$	7.500,00
10.305.1001.2.050 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica	
3.3.90.00.0.01.600.0000 – Gestão do SUS R\$	20.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 2.302.500,00

Art. 2º. A suplementação da dotação orçamentária consignada no Artigo 1º da presente Lei, dar-se-á por conta do provável excesso de arrecadação na fonte 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos no Valor de R\$ 1.710.000,00, na fonte 1.571.000 – Transferência do Estado – CTE no valor de R\$ 235.000,00, na fonte 1.621.0000 – Transferência SUS – Gov. Estadual no valor de R\$ 30.000,00 e pela anulação parcial das dotações abaixo especificadas:



PROJETO DE LEI Nº 028/2025

FL. 03

Entidade: Fundo Municipal de Saúde

03.001 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1001.2.041 – Manutenção do Piso de Atenção Básica - PAB

3.3.90.00.0.01.600.0000 – Gestão do SUS R\$ 50.000,00

10.301.1001.2.043 – Manutenção do Programa Saúde Bucal

3.1.90.00.0.01.600.0000 – Gestão do SUS R\$ 135.000,00

10.301.1001.2.095 – Manutenção das Atividades da Res. Terapeutica - CAPS

3.1.90.00.0.01.600.0000 – Gestão do SUS R\$ 65.000,00

10.301.1001.2.048 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS

3.1.90.00.0.01.600.0000 – Gestão do SUS R\$ 50.000,00

10.304.1001.2.049 – Manutenção da Vigilância Sanitária

3.1.90.00.0.01.600.0000 – Gestão do SUS R\$ 7.500,00

10.305.1001.2.050 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica

3.1.90.00.0.01.600.0000 – Gestão do SUS R\$ 20.000,00

TOTAL ANULAÇÃO R\$ 327.500,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo, 07 de Maio de 2025



Sirineu Ratochinski
Prefeito Municipal

OFÍCIO Nº 049/GAB/2025

Monte Castelo, 07 de Maio de 2025

ILMO. SR.

ROBERTO CARLOS BARANKIEVICZ

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

NESTA

Prezado Senhor

Cumprimentando-lhe cordialmente e aos demais Vereadores e Vereadoras que integram esta casa de leis, sirvo-me do presente para encaminhar o Projeto de Lei Nº 028/2025, que "Autoriza o Chefe do Executivo a Prover a Abertura de um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município e Dá Outras Providências."

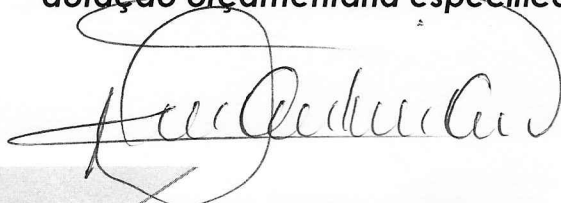
O Projeto de Lei ora encaminhado, que tem por escopo autorizar a abertura de um **Crédito Adicional Suplementar** no orçamento Geral do Município de Monte Castelo, nas entidades da Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Cultura e do Fundo Municipal de Saúde, por Superávit do Exercício Anterior no valor de **R\$ 2.302.500,00** (dois milhões, trezentos e dois mil e quinhentos reais), para reforço das Dotações Orçamentárias, conforme previsto na Lei Municipal n.º 2.794, de 30 de dezembro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2025.

O presente projeto tem por escopo atender o disposto nos artigos 41 e 42, da Lei Federal Nº 4.320 de 17 de março de 1.964, verbis:

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;





III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;

No mesmo sentido, a orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a quem é jurisdicionado este Município, materializado no Prejulgado n. 1320, do TCE-SC, *verbis*:

"O Poder Executivo pode suplementar créditos orçamentários através de Decreto, desde que haja prévia autorização legislativa, cuja lei é de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, com exposição justificativa e indicação dos recursos correspondentes".

Logo, verifica-se que a matéria constante do Projeto de Lei ora remetido pretende adequar a LOA a nova disponibilidade de receitas, sendo necessário, por conseguinte, abrir crédito adicional suplementar, mediante autorização legislativa, conforme demonstrado.

Restando incontroverso o interesse público, a legalidade e legitimidade. Presentes ainda os pressupostos legais, postulo a apreciação e aprovação do incluso Projeto, de acordo com o artigo 12, inciso II, da Lei Orgânica Municipal.

Diante da importância da matéria contida no presente Projeto de Lei, solicitamos que Vossa Excelência submeta a matéria para apreciação em REGIME DE URGÊNCIA.

Certo de poder contar com a compreensão e colaboração de Vossa Excelência, subscrevo-me

Atenciosamente,

SIRINEU RATOCHINSKI

PREFEITO MUNICIPAL